DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A TUTELA MANDAMENTAL: ENTRE O COMMON LAW E O PROCESSO CIVIL BRASILEIRO¹

FABRIZIO CAMERINI

Data da defesa: 07/11/2005

RESUMO

O estudo das formas de tutela no processo civil brasileiro é produto das vicissitudes da relação direito material/direito processual, na medida em que os escopos do processo e a própria noção de instrumentalidade são consequência dessa relação de interdependência. Embora tradicionalmente situado no âmbito da tradição romano-germânica de direito, o sistema constitucional brasileiro recebeu influências também da tradição do common law, posicionando-se em zona intermediária entre as duas grandes tradições no que se refere ao problema das formas de tutela. A partir dessa constatação, a dissertação pretende oferecer conceito de tutela mandamental a partir de análise de direito comparado, mais especificamente o direito anglo-americano. Para tal, estabelece pressupostos teóricos fundamentais, como a noção de instrumentalidade do processo, o problema das eficácias das sentenças de procedência, a jurisdição de equity, seus princípios fundamentais e as influências da tradição do common law sobre o ordenamento jurídico brasileiro. Após conceituar tutela mandamental de modo a diferenciá-la das demais formas de tutela concebíveis no processo civil brasileiro, a dissertação vincula o conceito obtido às situações de direito material pertinentes. Considera que a tutela mandamental decorre da aplicação do princípio do devido processo legal, analisa a positivação

¹ PROF. ORIENTADOR: Carlos Alberto Alvaro de Oliveira

BANCA EXAMINADORA:

Danilo Knijnik

UFRGS

Darci Guimarães Ribeiro

UNISINOS

José Maria Rosa Tesheiner

UFRGS

dessa forma de tutela no Código de Processo Civil e analisa a questão da multa como meio de coerção indireta, decorrente do poder conferido ao órgão judicial de se utilizar desse tipo de instrumento. Conclui pela autonomia da tutela mandamental cuja característica principal está na emissão de ordens judiciais a atuarem sobre a vontade do réu, pela pertinência da classificação quinária das sentenças de procedência, pela pertinência do estudo comparado inclusive com adoção - pelo ordenamento jurídico brasileiro - de alguns princípios da jurisdição de equity, pelo comprometimento que a decisão judicial deve ostentar em relação ao direito material da parte e pela similitude entre os ordenamentos jurídicos brasileiro e anglo-americano no atinente ao assunto, inclusive no que se refere ao poder de impor meios coercitivos indiretos.